

20 de novembro- Dia da Consciência Negra

A luta de Zumbi dos Palmares também é nossa!

Feriado em diversas cidades e estados chama a atenção para a luta contra a discriminação racial

Dia 20 de novembro. Uma data já marcada na história do Brasil. A luta da população negra e dos excluídos transformou este período no verdadeiro palco para reflexão, luta e protestos. O dia 13 de maio, cravado na história como o dia da Abolição da Escravatura ainda tem importância e simbologia. Mas nada supera quando a vitória é construída pelas próprias mãos. Assim como fez Zumbi dos Palmares. Assim como se posiciona cada um dos negros e negras existentes no Brasil.

A batalha só está no começo. A discriminação ainda dá suas caras no cotidiano. Extermina, segrega, mata a alma e o sentimento de quem deseja respeito, dignidade e cidadania. Não é atendido. Os números são chocantes, machucam e provam que não chegamos nem no prelúdio antes de alcançar o final feliz.

Pegue como um exemplo aqueles que alcançam o topo da hierarquia intelectual, ou seja, a universidade. Exemplo disso é a pesquisa divulgada pelo Ministério do Trabalho e que tem como título Características Do Emprego Formal da Relação Anual De Informações Sociais (Rais) 2014.

Os dados são alarmantes, pois para cada 100 reais ganhos por trabalhadores brancos com ensino superior, um negro graduado ganha 67,58 reais. A média de salário entre negros formados é de R\$ 3.777,39 contra R\$ 5589,25 de brancos, quantia 47% maior.

E nestes três anos, o fosso aumentou de maneira alarmante devido às políticas excludentes do governo ilegítimo, como a Reforma Trabalhista, que entrou em vigor neste mês de novembro. De quebra a política econômica que viabilizou a geração de 15 milhões de desempregados.

De acordo com dados do IBGE, entre 2015 e o primeiro trimestre de 2017, a remuneração recebida por brancos em todos os trabalhos teve variação positiva de 0,8%. Já o rendimento de pardos caiu 2,8% no período, e o de negros, 1,6%, de acordo com dados e classificação do IBGE. Ou seja, discriminação na veia e a destruição das conquistas forjadas no período de 2003 a 2015.

Durante os governos eleitos democraticamente, o quadro era diferente, pois entre o primeiro trimestre de 2012, início da série histórica, e o últi-



mo de 2014, o rendimento de negros cresceu 8,6%, o de pardos, 6,5%, e o de brancos, 5,6%.

Resultado: se o quadro exposto pelo Ministério do Trabalho é tenebroso, o IBGE exhibe a devastação promovida pelo governo ilegítimo, pois um negro ganha 56% do rendimento médio de um branco.

Mais: o Instituto explica que enquanto quase metade dos brancos está empregada em vagas com carteira, os negros concentram-se no mer-

cado informal, em vagas sem carteira ou como autônomos, segundo dados de 2015 do Ipea.

Qualquer ângulo de análise demonstra que o 20 de novembro precisa ser utilizado como instrumento de luta. Que negros de todas as partes do Brasil lutem por seus direitos e derubem o preconceito que impedem a ascensão de milhões de brasileiros.

Democracia não é apenas consumada com o voto e sim em uma sociedade com oportunidade para todos.

Educação sonogada. Triste realidade

A construção da cidadania passa por acesso a todos os serviços e direitos disponibilizados por um país. Infelizmente, o Brasil está longe de encaminhar esta realidade para a população negra de acordo com a pesquisa do Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ações Afirmativas (Gema), vinculado ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Baseado nos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2011 a 2015, e com informações de nove regiões metropolitanas do Brasil, o levantamento demonstra que a educação está longe de ser um direito de todos.

No ensino superior, o contingente é

de 7% de formandos negros, 7% de estudantes pardos e 19% de brancos formados e com diploma na mão. Ou seja, nem a soma de negros e pardos alcança o contingente da população branca com ensino superior.

A única faixa com equilíbrio é no ensino médio completo, em que existe 30% de estudantes negros formados, 32% de pardos e 33% de brancos.

Quando o foco é no tempo de estudo, o drama é maior. Brancos ostentam de 9 a 10 anos de estudo enquanto que negros e pardos alcançam no máximo oito anos.

Uma nação que não priorizou a educação em boa parte de sua existência construiu como vítima a maioria de sua população. Uma tragédia.

Negros sem acesso a cargos de elite

Na pesquisa divulgada pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, o grupo de pesquisa sob a responsabilidade de Natália Leão, Márcia Rangel Cândido, Luiz Augusto Cândido e João Feres Junior demonstrou a necessidade de adoção de cotas raciais para exterminar com um quadro de segregação profissional vivido pelo negro no Brasil.

De acordo com o levantamento, os brancos representam a maioria nas classes sociais de maior status e com maiores rendimentos, caso de profissionais liberais, administradores, trabalhadores de atividades não manuais entre outras funções. Já os negros e pardos estão representados nos estra-

tos médios e inferiores e são maioria entre trabalhadores braçais e manuais. "(...) Notamos (...) uma verdadeira divisão racial do trabalho, com os brancos super representados nas ocupações intelectuais e os não brancos super representados no trabalho manual, com destaque para a alta proporção de pretos nos serviços domésticos", afirmou um trecho do relatório.

O privilégio aos brancos gera consequências. De 2011 a 2015 a taxa de desemprego entre os negros oscilou de 8% a 11%, aferição semelhante na população parda. Já os brancos ostentaram uma porcentagem que ficou entre 1% e 2%.

Ainda nesta edição

Governo ilegítimo dá novo golpe

Centrais acreditaram e caíram no papo do ocupante do Planalto

Página 02

Eletricitários contra a privatização da energia

Mobilizações ocorreram na Cesp em Porto Primavera e em Furnas

Página 03

Calendário temático 2018 combate o racismo

CUT Campinas lança agenda no mês da Consciência Negra

Página 04

Reformas e governo ilegítimo

Centrais traem trabalhadores. Ilegítimo não cumpre acordo. Qual a novidade?

Centrais fazem acordo para viabilizar sustentação financeira. Temer rói a corda e deixa entidades na mão. Só uma reforma sindical em governo eleito democraticamente pode resolver o impasse

Vivemos tempos duros. Período de escolhas. Tudo fruto de um governo ilegítimo instalado no Palácio do Planalto e que recusou um plano de governo reprovado nas urnas em 2014. Neste cenário, as escolhas que fazemos produzirão consequências. Centrais e Sindicatos não podem vacilar, sob risco de amargarem um acerto de contas com a história.

Nada de acordos com pessoas e instituições que só trariam mais miséria, pobreza e carestia. Este foi o caminho trilhado pelo Sinergia CUT e a direção da CUT.

Já as outras centrais sindicais chancelaram a antireforma da Previdência e Trabalhista, que na prática vai retirar conquistas de décadas. Resultado: estas centrais sindicais caíram no canto de sereia e acreditaram em boas intenções oriundas do Palácio do Planalto.

Acertaram um acordo para edição de uma Medida Provisória que instalaria a cobrança de contribuição sindical e automaticamente viabilizar a sustentação financeira destas entidades.

O Sinergia CUT sempre se colocou na vanguarda e sempre defendeu a inexistência do imposto e a cobrança de mensalidade. Mas reconhece-

mos que a realidade é complexa e demanda discussão dentro de uma reforma sindical para valer que desse liberdade e autonomia sindical e prazos de transição para o novo modelo acordado.

Claro, tudo isso seria o ideal dentro um governo legitimamente eleito, pelo voto.

Não é o atual quadro. Então, qualquer acordo embute o risco de traição. Resumo da ópera: quem traiu os trabalhadores agora foi traído, pois o governo ilegítimo emitiu medidas de regulamentação da nova reforma trabalhista e na questão da contribuição sindical tudo isso será feito por intermédio de projeto de lei.

Ou seja, sem prazo para aprovação na Câmara e no Senado e sanção presidencial. Neste período, há o risco de insolvência de diversas entidades sindicais e com a fragilização dos direitos de trabalhadores.

Tanto o Sinergia CUT como a CUT em suas instâncias municipais, estaduais e nacional não vão desistir da luta.

Vamos batalhar por uma Reforma Sindical de fato e de direito, com regras de transição e que proteja entidades responsáveis pela defesa



dos direitos dos trabalhadores. desprotegido e submetido a um governo feito para poucos. Porque ninguém merece ficar

Grupo CPFL quer fazer agrupamento e lucrar nas costas dos trabalhadores. Isso não pode acontecer

Durante os últimos processos de negociação, o Sinergia CUT discutiu o processo de agrupamento das áreas de concessão das empresas CPFL Jaguarí, CPFL Mococa, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista e CPFL Santa Cruz e a consequente assinatura de um único ACT para estas empresas.

A unificação dos ACTs dessas empresas sempre foi uma reivindicação histórica do Sinergia CUT, mas a pressão por parte do Grupo CPFL de fazer a unificação dos Acordos não se trata de "boa vontade", mas de interesse na "redução de custos fixos de natureza comercial, regulatória, logística, contábil e técnica". Ou seja, enxugamento de quadro de pessoal em médio e longo prazo.

Nas primeiras reuniões, a CPFL propôs igualar os ACTs da Santa Cruz e da Jaguarí, buscando as melhores cláusulas de 13º salário, incentivo a aposentadoria, Requalificação profissional, Assistência Odontológica, entre outros artigos. Só que o Sinergia CUT quer mais e a empresa decidiu catimbar. Exemplo disso é o



pedido do Sindicato para a unificação das datas base em junho e que encontra resistência por parte da empresa, com encaminhamento de desculpas esfarrapadas.

A intenção da empresa é agrupar as datas-base para 1º de setembro de cada ano, algo que o Sindicato discorda. O ideal é calibrar a data base para junho e ainda repassar aos trabalhadores eventuais ganhos decorrentes do agrupamento solicitado pela empresa à Aneel.

O Sindicato entende que o agrupamento das concessões trará um ganho financeiro para a empresa, principalmente com a contratação de auditoria e publicações de balanço. Sem contar a centralização dos estoques de materiais. O que impede os trabalhadores receberem vantagens diante desta nova realidade?

Os dirigentes sindicais também defendem a necessidade de revisão do valor do piso salarial, visando a equiparação com outras empresas do gru-

po que possuem proximidade com a área de concessão da Santa Cruz e Jaguarí.

Para que o processo ocorra de forma justa e tranquila, é necessário estipular em Acordo Coletivo a proteção ao emprego dos trabalhadores. Vale lembrar que a Aneel já realizou audiência pública sobre essa fusão no dia 25 de outubro e uma definição deverá acontecer a qualquer momento. Fique ligado!

Privataria tucana

Trabalhadores e população protestam contra venda da Cesp

Por mais de três horas, Ato de Protesto paralisou a Usina de Porto Primavera no último dia 10, para defender o patrimônio público, a soberania nacional e a sobrevivência econômica e social da população de Rosana e região

Um grande Ato de Protesto mobilizou sindicalistas, trabalhadores e população em frente à Usina de Porto Primavera na manhã da última sexta-feira (10), Dia Nacional de Mobilização convocado pela CUT contra a retirada de direitos, pela anulação da "reforma" trabalhista, contra o desmonte da Previdência e pelo fim do trabalho escravo.

O protesto, convocado pelo Sindicato dos Trabalhadores Energéticos do Estado de São Paulo (Sinergia CUT), durou mais de duas horas e paralisou até o trânsito da rodovia SP 613, com apoio de populares e motoristas. Participaram também representantes da Unesp, MST, MAB, Levante Popular e Movimento por Moradia, além das prefeituras de Diamante do Norte e do vice-prefeito de Rosana.

Além das questões nacionais, o objetivo principal do Ato Público foi resistir à venda das últimas três usinas da Cesp, protestando também contra o descaso do governo de Geraldo Alckmin (PSDB) com os cidadãos de Rosana e do distrito de Primavera, que sentirão os impactos econômicos e sociais decorrentes da privatização.

Para a direção do Sinergia CUT, "a união da população da região de Rosana e de Primavera com os trabalhadores das usinas é fundamental para resistirmos contra a privatização tucana que, assim como o governo golpista e ilegítimo de Michel Temer, transforma um bem essencial ao desenvolvimento econômico e social em simples mercadoria, consequência da política neoliberal que compromete a qualidade da energia que chega à população, provoca aumento de tarifas e coloca em risco empregos e direitos".

Retomada da privatária

Depois de mais de 20 anos do início da privatização do setor energético no estado de São Paulo, o governo de Alckmin decidiu entregar as últimas



Protesto reuniu centenas de pessoas e...



...fechou a Rodovia Arlindo Betio por cerca de duas horas

usinas da Cesp, patrimônio do povo paulista, na tentativa de passar a responsabilidade de um serviço essencial à vida ao capital privado, preferencialmente estrangeiro.

Dessa vez, o alvo do governo tuca- no envolve as últimas três usinas que continuam agrupadas na Cesp em um processo de venda sem transparência, sem democracia, sem planejamento e sem preocupação ambiental, atingindo também a população da região de Rosana, município do interior paulista.

A intenção é vender as usinas de Porto Primavera, Paraibuna e Jaguarí em leilão ainda sem nova data marcada.

A venda das geradoras é resultado direto da decisão de Alckmin de não aceitar o acordo proposto pela lei federal 12.783/2013, que reduziu as tarifas de energia em nível nacional - média de 20% - em troca da renovação dos contratos de concessão das usinas hidrelétricas com vencimento até 2017. Na ocasião, os governadores tucanos de SP, MG e PR não renovaram, mas

continuaram a lucrar em cima da tarifa paga pelos consumidores, através da cobrança do ICMS. Só os paulistas pagam cerca de 33% do imposto embutido na conta de luz.

No estado de São Paulo, a recusa de Alckmin recolocou na mira da licitação as usinas da Cesp, estatal que já foi considerada a maior geradora de energia elétrica dos paulistas e a terceira do Brasil. Recomeçou por Três Irmãos, leiloadas em março de 2014, passando pela entrega de Jupia e Ilha Solteira em novembro de 2015. Porto Primavera, Jaguarí e Paraibuna tinham leilão anteriormente marcado para 26 de setembro passado, e que acabou suspenso por falhas na modelagem de venda e na avaliação das geradoras.

Audiência Pública

Um dia antes, na noite do dia 9, sindicalistas e população participaram também de uma Audiência Pública da Câmara Municipal na Casa da Cultura do distrito de Primavera. A audiência aconteceu por uma iniciativa do vereador Kleber Dan (PT) para debater como defender empregos, moradias, assentamentos e terras, comércio e Unesp diante da privatização da Cesp.

"Privatizar energia é golpe"

"Agora, a desculpa é a necessidade de arrecadar bilhões de reais com a venda de mais um patrimônio público, sem levar em conta os prejuízos causados aos consumidores, trabalhadores e população, afetando o comércio, o turismo, a educação e a economia das cidades no entorno do distrito de Primavera e do município de Rosana. Mas o povo trabalhador sabe da importância de manter a usina sob controle estatal, gerando energia com qualidade e tarifas acessíveis com retorno e investimento para os cidadãos locais. Sabe também que privatizar a Cesp, construída pelo povo paulista, é mais um golpe na população", alerta a direção do Sindicato.

Em Furnas, resistência para garantir soberania nacional

Para resistir à privatização do Sistema Eletrobras e defender a soberania nacional, ameaçada pelo governo ilegítimo de Michel Temer (PMDB), os trabalhadores de Furnas voltaram a cruzar os braços no Dia Nacional de Mobilização convocado pela CUT e demais centrais sindicais no último dia 10.

Em menos de três meses, é a segunda vez que eletricitários de Furnas em Campinas e Itaberá paralisaram as atividades para lutar contra a privatização e denunciar os riscos da venda, rejeitada por mais de 60% dos brasileiros. Principalmente agora em que a Eletrobras comprova saúde financeira com lucro de R\$ 550 milhões no terceiro trimestre e um resultado acumulado de R\$ 2,272 bilhões em 2017.

Dia Nacional de Mobilização

Ato e paralisações marcam o dia de luta contra a "reforma" trabalhista e a retirada de direitos, além de alertar que o Brasil vai parar se insistirem na "reforma" da Previdência. O maior ato reuniu mais de 20 mil pessoas na Praça da Sé,

no centro da capital paulista.

A "reforma trabalhista", aprovada pelo Congresso Nacional em julho deste ano, retira direitos conquistados pela classe trabalhadora brasileira há décadas e entrou em vigor no último dia 11.

Entre as mudanças criticadas pelos sindicalistas estão o banco de horas negociado individualmente, as férias parceladas em três vezes, e o chamado trabalho intermitente, em que os trabalhadores podem ser contratados por jornada ou hora de serviço.

A "reforma" é rejeitada por 81% dos brasileiros, segundo recente pesquisa da CUT-Vox Populi. Junto com a Central, o Sinergia CUT entrou na Campanha pela Anulação da Reforma Trabalhista, realizada em todo país, por meio de abaixo-assinado em apoio ao Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP).

"Esta 'reforma' é uma afronta à Constituição e ao povo brasileiro. Nós não permitiremos que ela avance na prática e alertamos desde já: se a reforma da Previdência for aprovada, vamos parar



Eletricistas de Campinas e Itaberá no Dia Nacional de Mobilização

o Brasil", afirmou Douglas Izzo, presidente da CUT-SP.

Sinergia CUT na luta

A luta do Dia Nacional de Mobilização envolveu diversas categorias de sindicatos ligados à CUT que paralisaram as atividades ou atrasaram a entrada nos locais de trabalho. O Sinergia CUT priorizou locais estratégicos para mobilização e, em Campinas, o pessoal do Call Center da Elektro participou de assem-

bleia logo cedo.

Na Cesp, a manifestação na Usina de Porto Primavera contra a privatização (leia matéria nesta página) reuniu centenas de pessoas, entre trabalhadores e população.

Já para defender Furnas e lutar contra mais um golpe do governo ilegítimo, eletricitários de Campinas e Itaberá continuaram resistindo e dando exemplo de união e combatividade.

Abertura do Mês da Consciência Negra

CUT Campinas lança calendário temático

Foto: Roberto Claro



Lançamento aconteceu no auditório do Sinergia CUT e a iniciativa é do Coletivo de Combate ao Racismo da Central

Em cerimônia realizada no auditório do Sinergia Campinas (Sindicato dos Eletricistas de Campinas/Sinergia CUT), no último dia 8, o Coletivo de Combate ao Racismo da Subseção CUT Campinas lançou o calendário temático de mesa para 2018. O evento contou com a participação de dirigentes sindicais, militantes e da secretária de Combate ao Racismo da CUT Nacional, Maria Julia Reis Nogueira.

A atividade fez parte das comemorações da CUT no Mês da Consciência Negra. O Coletivo de Combate

vida.

Atividades

No dia 7 de novembro, o eletricista aposentado Adão Luiz Carlos, coordenador do Coletivo de Combate ao Racismo do Sinergia CUT, e secretário de Combate ao Racismo da Federação Nacional dos Aposentados, Aposentadas e Idosos da CUT, participou do "Encontro Nacional Urbano: Secretaria de Combate ao Racismo, Pessoas com Deficiências e LGBT". O evento, realizado no Rio de Janeiro, foi organizado pela Federação e Confederação Nacional dos

ao Racismo está sempre inovando, demonstrando formação, informação e a luta no combate à desigualdade racial no trabalho e na

Urbanitários - FNU e CNU, respectivamente. "O racismo precisa ser mais discutido no movimento sindical e a FNU acertou em fazer a discussão."

As atividades alusivas ao Mês da Consciência Negra estão disponíveis no site do Sinergia CUT (www.sinergiaspcut.org.br) dentro da matéria "CUT abre nesta quarta (8) programação do Mês da Consciência Negra". Lá, estão os eventos da CUT-SP e da Macro Bauru do Sinergia CUT.

Retropasso atual afeta os negros

As diferenças sociais entre homens e mulheres, negros e brancos, vêm, ao longo da história do Brasil, impedindo a igualdade de direitos. A afirmação é de Lajara Janaína Lopes Corrêa, socióloga, doutora em Educação pela UFSCar, militante do movimento negro e pesquisadora em Educação das Relações Étnico-raciais. "A luta do movimento negro se construiu em torno da luta contra o racismo, na desconstrução do mito

da democracia racial, nesse sentido ocorreram várias pressões para que o Estado brasileiro adotasse ações efetivas de combate ao racismo."

Ela lembra que, para a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), a Lei 10.639/03 (que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do Ensino Fundamental e Médio) é fruto da luta do movimento negro e de mulheres negras. "Nesse último ano, a situação política se deteriorou. Houve um retrocesso promovido pelo atual governo onde os direitos sociais e trabalhistas sofreram um desmonte", avalia. "O golpe interrompeu 'avanços' nas políticas de promoção da igualdade racial, piorou a vida do povo brasileiro, acabou com ministérios, desmontou a Seppir, acirrou o genocídio da juventude negra e promoveu a restrição das políticas de inclusão social. Tudo isso afeta diretamente o povo negro."

Trabalhadora do Sinergia CUT é indicada para receber "Zumbi dos Palmares"

Luana da Silva Oliveira tem contribuído nos assuntos relacionados à promoção da igualdade racial



O Sinergia CUT participará, neste 20 de novembro, da entrega do Diploma de Mérito Zumbi dos Palmares, que ocorrerá em sessão solene na Câmara Municipal de Campinas. Instituído em 1995, o Diploma é concedido às pessoas que mais se destacaram na defesa, na integração social dos membros da comunidade negra de Campinas, bem como na difusão da cultura afro-brasileira. Outras Casas Legislativas também oferecem a honraria.

Anualmente, o Sinergia CUT, por ser um sindicato cidadão com forte atuação no combate à discriminação e luta pela promoção de políticas públicas voltadas à igualdade racial, tem participado



discriminação racial, xenofobia e a intolerância. indicando cidadãos para receberem a homenagem. Neste ano, reconhecendo a trajetória de luta, o valor humano e profissional, o Sindicato indicou para receber a homenagem Luana da Silva Oliveira, de 22 anos, que trabalha na Área Jurídica do Sinergia CUT há 4 anos.

Luana cursa Direito na Faculdade Devry Metrocamp, em Campinas, e está no 6º semestre. Trabalhou como menor aprendiz na Secretaria de Assistência e Inclusão Social de Campinas.

Ela tem contribuído nos assuntos relacionados à promoção da igualdade racial e apoia as políticas que buscam promover a inclusão dos afrodescendentes e combater o racismo,

ARTIGO

Entre reformas e violações (in)constitucionais: a manutenção da "Casa Grande - Brasil"

Os efeitos vivenciados no pós-golpe demonstram a vingança senhorial para retomada de seus privilégios superficialmente diminuídos por políticas reparadoras conquistadas após séculos de luta e resistência negra, apoiada pelo STF que manifesta sua real função. Na retomada da hegemonia, direitos serão reduzidos ao mínimo, manifestando o genocídio pela reforma da previdência e pelos cortes na área da saúde, sentenciando os mais vulneráveis à pena de morte prolongada nas filas de espera.

A "reforma" das pequenas fissuras provocadas na estrutura excludente é assegurada pelo sistema de controle racial/social, a condição existencial de um país racista em sua arquitetura dicotômica desde a falsa abolição escravagista, manifestada por duas faces que apresentam resultados positivos em relação à programação racista. No Direito Penal declarado, a seletividade racial é demonstrada por sua "cliente-la", os negros (pretos e pardos) representam 67% da terceira maior população em situação de cárcere do mundo,

que se releva enquanto a nova senzala. Mas o objetivo é alcançarmos, em poucos anos, o primeiro lugar com o projeto de "resolver" a "criminalidade", criada pelo próprio direito penal, com seu recrudescimento e na proposta de redução da maioria penal.

No Direito Penal paralelo, a morte de um jovem negro a cada 23 minutos demonstra o genocídio assegurado pela letalidade policial exposta pelos dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 76,2% dessas mortes são de negros, legitimadas pela lógica exterminante (in)constitucional de nossa "guerra contra as drogas", cenário que será potencializado pela elaboração do anteprojeto de lei sobre o combate ao tráfico de drogas e armas no País por uma comissão de "especialistas", além da proposta de alteração no Estatuto do Desarmamento.

"Raça", no país das maravilhas raciais, é fator criminógeno e genocida, pois, a natureza de uma sociedade racista é violentar essa "quase gente" que possui o único "direito" de ser violentado.



Fotos: Divulgação

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC (2015), é professor do Centro Universitário Estácio de Santa Catarina e coordenador do núcleo jurídico do projeto de extensão "Vicente do Espírito Santo - S.O.S Racismo". Vice-presidente da Comissão de Igualdade Racial, Subseção de São José/SC, da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Santa Catarina (OAB/SC) e secretário da Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Santa Catarina (OAB/SC). Pesquisador/membro do projeto de Pesquisa e Extensão "Universidade Sem Muros/USM" (UFSC), do Grupo de Pesquisa Brasilidade Criminológica, ambos coordenados pela Prof.ª Dr.ª Vera Regina Pereira de Andrade (UFSC/CNPq), e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Centro Universitário Estácio de Santa Catarina (NEAB-Estácio). Advogado criminal. Sua obra *A "tradução" de Lombroso na obra de Nina Rodrigues - O racismo como base estruturante da Criminologia brasileira* foi a segunda colocada na categoria Direito do Prêmio Jabuti 2017.